

NOTAS SOBRE EMPREGO E INDÚSTRIA NO NORDESTE (*)

*Leonardo Guimarães Neto (**)*

Resumo: O mercado de trabalho no Nordeste sempre se caracterizou pela existência de importantes contingentes submetidos a relações de trabalho extremamente precárias no meio rural e urbano. No meio urbano, a presença do segmento "informal" e de um percentual importante de subempregados, com baixos níveis de remuneração, ao lado do significativo fluxo migratório que deixa o Nordeste, dizem bem da crônica incapacidade da economia regional em absorver sua força de trabalho. O fato de a região contar com uma força de trabalho que já ultrapassa os 12 milhões de pessoas e que, seguramente, lança anualmente no mercado de trabalho mais de 300 mil pessoas, constitui uma faceta da gravidade da denominada questão regional, exigindo ações em profundidade, visando não só à redução do contingente desempregado e subempregado como à absorção do acréscimo da população que pressiona o mercado de trabalho. O artigo "Notas sobre Emprego e Indústria no Nordeste" pretende discutir a questão do emprego associado à indústria nordestina em sua recente evolução. Inicialmente, procede-se a uma sumária revisão da maneira como o planejamento regional percebia o papel que a indústria nordestina deveria desempenhar no encaminhamento de solução para a questão do emprego. Posteriormente, examina-se a recente evolução do emprego industrial no Nordeste, entre 1960 e 1980, associando este tema à questão do desemprego e subemprego na economia regional. Constatações mais relevantes sobre alguns programas governamentais que objetivam o fomento à industrialização do Nordeste e suas repercussões sobre o emprego, são apresentadas no curso do trabalho. A parte mais analítica do documento é concluída com uma síntese na qual a questão do emprego e da indústria é tratada a partir dos pontos mais relevantes e que não podem ser postergados na apresentação de propostas que visam à expansão direta e indireta de emprego através do crescimento industrial. Deve-se levar em conta, no presente artigo, o fato de que se trata de notas sobre um tema polêmico, sobre o qual são muito poucas as certezas, principalmente quando se pretende apresentar proposição de intervenção governamental.

* Trabalho discutido no Seminário sobre Industrialização do Nordeste, patrocinado pelo IPEA, PNUD, CEPAL e ILPES, em Brasília, em março de 1984. O autor agradece às referidas instituições a permissão de reproduzir nesta revista o presente trabalho.

** Economista da Fundação Joaquim Nabuco, INPSO – Departamento de Economia.

APRESENTAÇÃO

O texto ora apresentado pretende discutir a questão do emprego associado à indústria nordestina, em sua recente evolução. Centra-se na análise da indústria extrativa mineral e de transformação e abrange o período compreendido pelas duas últimas décadas.

Pretende-se, logo de início, fazer uma sumária revisão do modo como o planejamento regional, através de suas análises e propostas, percebia o papel que a indústria nordestina deveria desempenhar no encaminhamento de solução para a questão do emprego, destacando inclusive alterações relevantes ocorridas na medida em que se procediam a avaliações da intervenção governamental neste particular (item 1). Em seguida, tenta-se, também sumariamente, examinar a recente evolução do emprego industrial no Nordeste, no intervalo de 1960 a 1980, associando este tema com a questão do desemprego e subemprego na economia regional e, particularmente, seu segmento urbano. Além disso, aborda-se a natureza do desenvolvimento industrial e a questão do emprego direto e da produtividade entre os gêneros mais relevantes, tecendo-se algumas considerações sobre o emprego indireto (item 2).

No terceiro item do trabalho são apresentadas algumas constatações consideradas mais relevantes sobre alguns dos programas governamentais que têm como objetivo o fomento à industrialização regional e suas repercussões sobre o emprego. A parte mais analítica do documento é concluída com uma síntese, na qual a questão do emprego e da indústria é tratada a partir dos pontos de maior relevância e que não podem deixar de ser considerados na apresentação de propostas, visando à expansão direta e indireta de emprego através do crescimento industrial, e com algumas proposições derivadas da análise posteriormente desenvolvida, tanto a partir da recente evolução da indústria como das experiências que ocorreram há pouco de intervenção governamental neste particular. São então consideradas as medidas concretas, as pré-condições necessárias à sua implantação e considerações sobre a questão tecnológica.

O que se deve levar em conta no presente texto é o fato de que se trata de notas sobre um tema muito polêmico, sobre o qual são muito poucas as certezas, principalmente quando se pretende apresentar proposições de intervenção governamental. A orientação seguida foi a de centrar-se muito mais no exame concreto da experiência regional, sem apelo a esque-

mas formais ou excessivamente abstratos que, à base de pressupostos inaplicados ao caso nordestino, podem levar a sugestões equivocadas de políticas.

Em razão do intervalo de tempo muito reduzido para a elaboração do documento, não foi possível utilizar ou sequer consultar uma já significativa bibliografia sobre a questão do emprego ou da industrialização do Nordeste produzidos nesses últimos anos.

1. A PERCEPÇÃO DA QUESTÃO

A maneira como as entidades responsáveis pela elaboração de políticas para o desenvolvimento industrial têm percebido o papel do setor na criação de emprego tem variado muito no decorrer do tempo, seguramente em razão das sucessivas avaliações e revisões a que as entidades responsáveis, notadamente a SUDENE, procederam em distintos períodos. Sem a intenção de cobrir toda a evolução dessa percepção, é importante mostrar, resumidamente, alguns marcos e reflexões mais significativos a esse respeito.

A percepção inicial do papel da indústria regional na criação de empregos produtivos pode ser extraída do relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste).³

Reconhecidamente, a perspectiva do GTDN a respeito do papel que a atividade industrial poderia ter na absorção dos excedentes relativos pode ser classificada como otimista. Ao reconhecer a existência, no meio urbano nordestino, à época (segunda metade dos anos 50), de mais de meio milhão de desempregados e subempregados, o referido grupo considera que a solução do problema passa pela expansão da indústria manufatureira. Embora se deva registrar uma passagem no relatório que assinala "... seria desconhecer a natureza real do problema do emprego, e de sua amplitude, querer resolvê-lo unicamente com a industrialização",³ (p.54) registre-se que, páginas adiante, o GTDN demonstra sua exagerada confiança na solução do problema a partir da expansão industrial. Neste particular, afirma que a "absorção de grandes massas de mão-de-obra" só é possível com a instalação da indústria manufatureira.³ (p.83).

O grupo de trabalho sugere também medidas vinculadas à atividade rural, no sentido de promover a absorção da força de trabalho regional, sobretudo a vinculada ao semi-árido que, na sua concepção, deveria passar por transformações, na sua organização econômica extremamente vulnerável

às secas* e, em relação à ampliação de frentes pioneiras nas terras úmidas, principalmente no Maranhão. No entanto, embora complementar, o conjunto de ações na economia agrícola limitava-se à mão-de-obra, deixando para o "centro autônomo de produção manufatureira", que deveria ser implantado, a exclusiva responsabilidade no encaminhamento de solução para a desocupação urbana.

Essa orientação tem maior ou menor desdobramento nos planos que se seguiram (I,⁶ II⁷ e III⁸ Planos Diretores), embora nos dois primeiros a questão do emprego não tenha a ênfase contida na estratégia inicial de desenvolvimento regional. Há no III Plano o esboço de uma proposta articulada da questão do emprego que abrange a dimensão econômica da demanda de mão-de-obra, a dimensão educacional e a institucional vinculada à organização do mercado de trabalho. O IV Plano Diretor,⁹ embora retome colocação dos planos que o antecederam, avança algumas afirmativas bem distintas a respeito da questão do emprego e da industrialização.

"Na estratégia inicial de desenvolvimento adotada pela SUDENE cabia à indústria um papel relevante na absorção de parte da força de trabalho excedente dos centros urbanos. Entretanto, o nível e a natureza do desenvolvimento tecnológico, a exigência do poder competitivo da indústria nordestina, importando em alta densidade de capital, diminuem a possibilidade da indústria de contribuir significativamente para a solução do problema do subemprego e desemprego".⁹ (p. 93)

Compensando a colocação anterior, o IV Plano retorna à postura reformista do GTDN e abre o leque de proposições referentes à promoção de oportunidades de emprego com prioridade, para os segmentos mais empregadores. Neste particular são lembrados:

- a) "programas que visam à ampliação da fronteira agrícola";
- b) "liberação de terras sobretudo na zona da Mata";
- c) "implantação de pequenas e médias indústrias" e o artesanato.⁹ (p. 109)

Embora esteja sempre presente nos planos que se seguiram aos quatro planos diretores, a preocupação com a questão da integração intra-regional da atividade produtiva, este tema não é suficientemente explorado quanto à questão da geração indireta de emprego no que se refere ao setor industrial.

* O GTDN sugere quatro linhas básicas para a superação do subdesenvolvimento regional: (i) constituição de um centro autônomo de produção manufatureira; (ii) transformação da economia do semi-árido; (iii) ampliação da fronteira agrícola; (iv) transformação dos vales úmidos.

Oscilando entre uma posição excessivamente otimista e outra na qual é negada a possibilidade de a indústria contribuir para o encaminhamento de solução para a questão do emprego, o planejamento regional ou mais particularmente a SUDENE termina por não aprofundar a questão do emprego no contexto da industrialização.

Essas posições extremas a impedem de explorar alguns pontos que, embora presentes em vários dos documentos oficiais, nunca foram objeto de uma discussão e elaborações sistemáticas que seguramente poderiam, com maior realismo, orientar melhor a definição de uma política de industrialização capaz de repercutir positivamente sobre a questão social nordestina. Em primeiro lugar, aprofundar o tema de que a questão do emprego não é responsabilidade exclusiva de um ou outro segmento produtivo, isoladamente, mas diz respeito a uma estrutura produtiva capaz de internalizar os efeitos dinâmicos de renda ou emprego. Além disso, reconhecer que neste particular a atividade industrial pode, sem dúvida, exercer um papel importante dado o caráter dinamizador da atividade de transformação sobre os demais segmentos produtivos, implica ressaltar sua função na criação indireta de emprego e renda através da internalização dos seus efeitos dinamizadores. Em terceiro lugar, não se podem minimizar os efeitos positivos que uma política reformista de distribuição de meios de produção, notadamente, a terra, teria sobre os níveis de ocupação.¹⁴ Sobretudo quando se levam em conta as grandes extensões de terras desocupadas, tanto no interior do "espaço" econômico regional como na denominada área de fronteiras. Tanto numa como noutra, os latifúndios por exploração e as grandes propriedades estabelecidas, inclusive com estímulos governamentais, com fins meramente especulativos, reduzem significativamente o acesso à terra por parte de amplos contingentes de produtos rurais, pois, segundo o cadastro do INCRA, estimava-se que as terras ociosas representavam 34% das terras cadastradas, ou seja, 25 milhões de hectares aproveitáveis e não explorados. Isto sem contar com a existência de 48 milhões de hectares de terras devolutas.*

No que se refere especificamente à indústria, não se pode deixar de considerar pelo menos três pontos de apoio na sua contribuição ao processo de integração da estrutura produtiva, e, conseqüentemente, à geração indireta de empregos produtivos:

- a) a integração intra-setorial da própria indústria, partindo-se da estrutura industrial já implantada;

* Estimativas válidas para a primeira metade dos anos 70. Ver COELHO, Jorge.¹⁴ (pp. 50-2)

- b) o fortalecimento da articulação entre a indústria e a agricultura regionais, notadamente a partir da formação dos complexos agroindustriais ou do desenvolvimento da grande agroindústria e da pequena indústria rural;
- c) a integração industrial com os serviços de produção, notadamente transportes, atividade comercial, comunicações, armazenagem, atividades bancárias e financeiras, bem como atividades de estudos básicos, de desenvolvimento tecnológico e assistência técnica.

A questão da integração da estrutura produtiva regional e do papel que, neste particular, o setor industrial pode desempenhar, não deve levar ao esquecimento um outro papel que, embora de menor importância, como têm demonstrado várias experiências de industrialização, inclusive a brasileira pode ser considerado complementar ao anterior: o de criação direta de emprego a partir de segmentos muito empregadores (confeções, eletro-eletrônico, couro e calçados) e da atividade industrial de pequeno e médio porte.

2. A RECENTE EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL

2.1. A Questão do Emprego na Economia Regional

O desemprego e o subemprego estrutural e a heterogeneidade do mercado de trabalho, no qual o emprego "informal" tem especial relevância, estão presentes no sistema econômico nordestino, independentemente da conjuntura recessiva atual — que seguramente agudizam dramaticamente uma situação já reconhecidamente precária — e das secas. Os diagnósticos mais atuais^{11, 15, 18, 22} têm mostrado inclusive que a expansão econômica recente, na qual a economia regional cresceu significativamente nas suas últimas décadas — com taxas do PIB de mais de 7% ao ano — não resultou em melhoria importante das condições de emprego e de trabalho, e em decorrência das condições de vida da população.

As taxas de desemprego e subemprego urbano, estimadas há duas décadas, entre 23% e 30%, repetem-se em vários anos mais recentes e a partir de diferentes estimativas: 27% segundo o GTDN³ nos anos finais da década de 50, 26 e 25% segundo o ETENE para os anos de 1969, 22 a 25% em 1969 e 29,4% em 1972,^{2, 28} 22 a 25% segundo IPEA para 1969,^{16, 24} 30% segundo a SUDENE para 1968, 1969 e 1970,²⁵ ao lado de dados mais recentes do Censo Demográfico de 1980 que, embora não permitam a esti-

mativa do subemprego, mostram a extensão da sub-remuneração ao assinalar que na população economicamente ativa cerca de 36% não superava a marca de 1/2 salário mínimo.*

Não é desprezível o esforço que deve ser feito de criação anual de emprego exigido para a economia regional, quando se leva em conta que, presentemente, a força de trabalho nordestina está próxima de 12 milhões de pessoas e que, admitida uma expansão anual de 2,5% a 3% ao ano, teriam que ser criados cada ano entre 300 mil a 360 mil postos de trabalho para que o subemprego e desemprego e o processo emigratório não venham a ser intensificados.

Para que se tenha idéia da repercussão pouco significativa da expansão econômica recente da economia regional sobre o mercado de trabalho é suficiente assinalar-se que, entre 1960 e 1970, ao tempo em que a economia regional se expandia a 5% ao ano, saíam do Nordeste cerca de 1,3 milhão de pessoas, enquanto que, na década seguinte (1970/80), às estimativas de crescimento do produto que revelam um crescimento de quase 10% se contrapõem os cálculos que mostram uma emigração de 2,3 milhões de nordestinos com destino a outras regiões brasileiras.**

Essa é, sumariamente, a dimensão da questão do emprego no Nordeste que, seguramente, está na base de um outro problema maior: a denominada **questão regional**.

2.2. A Natureza do Desenvolvimento Industrial Recente

Nesta expansão industrial recente, na qual o produto da indústria extrativa e de transformação cresceu a uma taxa de aproximadamente 10% entre 1965/80 e os investimentos cresceram a 21% ao ano, a estrutura industrial sofre transformações da maior relevância. As análises feitas recentemente ressaltam o fato de que, em detrimento da indústria tradicional, baseada na produção de bens de consumo não-duráveis, principalmente a têxtil e produtos alimentares, as indústrias de bens intermediários vêm da década de 50 para cá aumentando o seu peso relativo na estrutura da indústria regional. De uma participação de 16% no valor da transformação industrial, de acordo com o Censo Industrial de 1950, registrava-se já em 1975

* Considerou-se a PEA sem rendimento e a que recebe até 1/2 salário mínimo. Ver BRASIL.SUDENE.CPR.⁴

** Em 1950 a relação entre a população nordestina residente fora e dentro do Nordeste era de 5%, em 1960 11%, em 1970 cerca de 13% e em 1980 aproximadamente 17%.

uma participação de 42%. Em razão do avanço que sobretudo na segunda metade da década de 70 tiveram os complexos industriais, é provável que a participação dos bens intermediários já tenham alcançado a metade do VTI da indústria regional. Enquanto isto, o segmento produtor de bens de consumo não-duráveis passou, segundo os registros do Censo de 1950 para o de 1975, de uma participação de 83% para 47%. A Tabela 1 revela o comportamento distinto dos segmentos da indústria extrativa mineral e de transformação, do qual resultaram as alterações na composição da estrutura produtiva antes referida.

TABELA 1
NORDESTE
Crescimento do Valor da Transformação Industrial (VTI) no
Período 1960 - 1975

Especificação	Taxa Anual de Crescimento
1. Extrativa Mineral	2,3
2. Indústria de Transformação	10,2
a) Bens de Consumo Não-duráveis	8,2
b) Bens Intermediários	11,5
c) Bens de Consumo Duráveis e de Capital	20,4
3. TOTAL	9,6

FONTE: IBGE: Censos Industriais de 1960 e 1970.

O crescimento do subsetor de bens de consumo duráveis e de bens de capital e o de bens intermediários — respectivamente de 20% e 11,5% — contrastado com os 8% da expansão do subsetor de bens de consumo não-duráveis e com a indústria extrativa mineral, que praticamente estagnou no período e somente expandiu-se na primeira metade dos anos 70. Note-se que, não obstante a expansão significativa do segmento produtor de bens de consumo duráveis e de bens de capital, a pequena base que constitui o seu ponto de partida em 1960, dá lugar a que seja ainda pouco importante a sua participação na estrutura da indústria regional. Quase ausente em 1950 e 1960, este subsetor representa atualmente pouco mais de 10% do total do VTI da indústria de transformação.

Essas alterações da estrutura produtiva da indústria extrativa mineral e de transformação são indícios de processos mais gerais que ocorreram nas últimas décadas na economia brasileira com profundas repercussões sobre a região. Ao privilegiar a produção de bens intermediários e ao estimular, via incentivos fiscais e financeiros, os investimentos industriais na região, as entidades responsáveis pelos programas de industrialização reforçaram a articulação da estrutura produtiva do Nordeste com as regiões mais industrializadas. Esta articulação dá-se não só em relação à dependência de fornecedores extra-regionais no suprimento de máquinas, equipamentos e insumos, mas diz respeito também aos mercados e aos recursos que financiaram os investimentos no setor.

Muito esclarecedores são os dados da pesquisa realizada pelo Banco do Nordeste e SUDENE, em 1978, objetivando uma avaliação do programa de industrialização.¹

O atrelamento da nova atividade industrial nordestina ao resto da economia brasileira é também perceptível quando se assinala, com base na pesquisa antes referida, que a parte relevante dos produtos é realizada no mercado extra-regional (58%). Note-se que tanto gêneros produtores de bens intermediários e de capital – como o de material elétrico que somente vendia no Nordeste 25% do total, ou o da borracha (17%), metalúrgico (40%), mecânica (45%), química (42%) – como gêneros da indústria de bens de consumo não-duráveis como o segmento tradicional da têxtil (21% para o mercado regional) como produtos alimentares (39%) e o fumo (11%), orientam-se fundamentalmente para o mercado de outras regiões brasileiras.

No entanto, principalmente levando-se em conta a questão da integração vertical da atividade produtiva e a necessidade de internalização dos efeitos dinâmicos sobre a renda e o emprego, o que é importante indagar é qual a natureza da vinculação da indústria, sobretudo da “nova indústria”, com a base de recursos e com a estrutura produtiva regional.

A esse respeito, informações sobre a origem dos fornecedores de insumos e equipamentos e sobre a composição das despesas na formação de capital no setor industrial revelam a reduzida repercussão da indústria sobre a estrutura econômica da região. Com relação aos insumos, a pesquisa de avaliação do programa de industrialização, realizada pela SUDENE/BNB em 1978, mostra que 48% do total, quase metade dos insumos, portanto, são comprados fora do Nordeste. Este percentual é bastante mais elevado para os segmentos não-tradicionais e, geralmente, nas políticas de industrialização,

aqueles considerados os setores dinâmicos e estratégicos para o desenvolvimento industrial. De fato, as empresas incentivadas do gênero material elétrico adquirem fora do Nordeste a quase totalidade dos insumos (90%); o mesmo pode-se afirmar para as de material de transporte (80%), mecânica (80%), material plástico (83%); um pouco menos com relação às empresas do gênero metalúrgica (70%) e da química (56%).

No que se refere aos bens de capital, particularmente à aquisição de equipamentos, a pesquisa referida registra que apenas 4% dos equipamentos das indústrias instaladas no Nordeste eram adquiridas na região. Pode-se argumentar que as máquinas e os equipamentos não representam o total das despesas na formação de capital da indústria e que parte importante dos gastos, sob a forma de edificações e obras, poderia representar significativamente na renda e no emprego, no interior da estrutura produtiva regional. Embora aceitável esta ponderação, o que se deve assinalar, com base em informações disponíveis sobre a formação de capital fixo no setor industrial^{10*} — incluído neste a indústria extrativa, de transformação, serviços industriais de utilidade pública e indústria da construção — é que no processo de expansão da capacidade produtiva do setor, quando se examina a participação nos gastos totais dos diversos bens de capital, vem ocorrendo uma presença cada vez mais marcante dos valores aplicados em equipamentos e maquinaria, em detrimento dos gastos em edificações não-residenciais, obras e melhoria de terras. No intervalo compreendido pelos anos 1965/67 as maquinarias e equipamentos representavam 31% do total dos gastos na formação bruta de capital fixo, nos anos 1977/79 os gastos médios já alcançaram, naqueles mesmos itens, aproximadamente 55%. Tudo indica que, à medida que avançou, nessas duas décadas, o processo de acumulação de capital na atividade industrial, os tipos de bens de capital que, provavelmente, provocam menos repercussões sobre o nível de renda e emprego no interior da economia regional, são os que mais aumentam sua importância relativa no total dos gastos na formação de capital fixo da indústria.

É conveniente ressaltar, ainda a respeito do processo de integração e articulação do Nordeste com as regiões mais adiantadas do País e a respeito dos "vazamentos" que estão no bojo desse processo, que outros aspectos, além da formação de capital e consumo produtivo da atividade industrial, devem ser considerados. De fato, a debilidade dos efeitos dinâmicos e os vazamentos no caso regional se explicam não só do lado da acumulação (gastos na formação de capital fixo, sobretudo) e do consumo produ-

* Ver tabela 2.14.

tivo (aquisição de insumos), como do lado dos gastos e consumos improdutivos (demanda de bens de consumo de assalariados ou de capitalistas). O alto coeficiente de importação inter-regional, que alcança a cifra de 27% e o déficit no balanço comercial do Nordeste com o restante do País que representa 15% do PIB regional, diz bem da dimensão dos efeitos dinâmicos que, a partir dos diversos aspectos referidos, não se internalizam na região.

Finalmente, um outro ponto dessa integração e articulação regional refere-se ao fato de que os grupos econômicos promotores da nova indústria regional são sobretudo extra-regionais, principalmente sediados no Sudeste, e que se dirigem para a região utilizando as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais e financeiros. A pesquisa industrial de 1978 feita pela SUDENE e BNB revelava que 40% das empresas incentivadas até aquela data pelo mecanismo 34/18-FINOR pertenciam a grupos que possuíam empresas do mesmo setor em outras regiões brasileiras, sem contar as unidades produtivas que se instalam no Nordeste em diferentes segmentos produtivos. Além disso, a mesma pesquisa assinala que do capital integralizado na "nova indústria", a parte mais importante pertence a grupos não-nordestinos: 24% é proveniente de São Paulo, 20% de outros Estados brasileiros não considerados os do Nordeste e 22% é classificado como FINOR, no qual a participação dos grupos econômicos de fora da região é bem mais importante.²⁶ (p. 63, 64)

Ao analisar tais informações, Tânia Bacelar de Araújo assinala,¹ com razão, o que ela considera as duas características essenciais do crescimento industrial do Nordeste nos últimos anos: a dependência e a complementaridade. Tais aspectos, estreitamente ligados com a origem dos recursos que financiaram a expansão industrial, com os mercados da produção industrial, com o fornecimento de insumos e a aquisição de equipamentos, contrastam seguramente com a "proposta no projeto de industrialização do GTDN para o Nordeste, que . . . pretendia incentivar na região a criação de um parque autônomo, fundado numa indústria de base, de forte poder germinativo, de elevada capacidade dinamizadora interna, fortemente ligada à base de recursos da região nordestina".¹ (p. 298)

O que se pode, certamente, acrescentar às observações anteriores é que a complementaridade inter-regional — que de fato ocorreu no processo de articulação e integração das regiões brasileiras, inclusive o Nordeste, nas últimas décadas — não corresponde uma complementaridade intra-regional ou, em outras palavras, numa integração vertical da estrutura produtiva nordestina, na qual a indústria seria a grande protagonista.

Em síntese, no longo e complexo processo de interligação do “arquipélago regional brasileiro” no qual, em relação ao caso específico do Nordeste, pode-se distinguir uma **primeira fase** de articulação comercial — comandada pelo capital mercantil — no qual o objetivo básico era a constituição do mercado nacional, e uma **segunda**, na qual a integração se dá crescentemente a partir do capital produtivo que tenta reproduzir na região a estrutura econômica do Sul/Sudeste, o Nordeste passa por profundas modificações. É nesta segunda fase, na qual aparece como promotor o Estado brasileiro com os estímulos fiscais e financeiros, que a região nordestina passa por uma série de “ajustamentos” dos quais resulta, entre os traços mais marcantes, uma maior complementaridade inter-regional, definida sobretudo a partir da produção de bens intermediários para a indústria nacional. A grande prioridade dos anos 70, assinalada nos planos, aos complexos e pólos industriais, traduz bem o processo real que ocorreu.

Vale finalmente registrar outro traço marcante das transformações pelas quais passou o Nordeste, particularmente a sua atividade industrial: o da modernização. Posta em xeque pela concorrência inter-regional no processo de constituição e consolidação do mercado nacional de bens e serviços, alguns segmentos da tradicional indústria nordestina, como a têxtil, tiveram de adotar novos processos de trabalho através do reequipamento e nacionalização dos processos administrativos. O caso da indústria têxtil é sempre referido não só pela profundidade das alterações ocorridas como pela dramática dispensa da mão-de-obra que, como se verá, entre 1950 e 1975, ficou reduzida à quase metade^{17*} (ver tabela 2).

É óbvio que o caráter reflexo, parcial, seletivo e modernizante da expansão econômica ocorrida no Nordeste, quando o produto interno total se expandiu de 1960/80 ao ano e o industrial a mais de 9%, teria reflexos pouco significativos sobre um mercado de trabalho no qual o subemprego e a sub-remuneração da força de trabalho sempre estiveram presentes.

2.3. Absorção da Mão-de-obra pela Indústria

Na análise que segue privilegia-se o segmento da indústria extrativa mineral e de transformação, para o qual estão disponíveis as informações sobre absorção da mão-de-obra.

* Para um exame mais amplo do processo de modernização da indústria regional, ver: SOUZA,³⁰ (pp. 385-406).

TABELA 2
NORDESTE
Pessoal Ocupado no Setor Industrial
1950-1960-1970-1975

Classe e Gênero de Indústria	Pessoal Ocupado			
	1950	1960	1970	1975
TOTAL GERAL	228.058	223.752	276.262	415.866
INDÚSTRIA EXTRATI- VA MINERAL	10.204	15.693	13.287	14.636
INDÚSTRIA DE TRANS- FORMAÇÃO	217.854	208.059	262.975	401.230
– Minerais Não-metálicos	20.167	25.980	40.518	57.002
– Metalúrgica	3.203	3.932	12.245	22.416
– Mecânica	404	506	4.523	20.449
– Material Elétrico e de Comunicação	5	325	4.689	8.092
– Material de Transporte	352	1.604	3.811	6.001
– Madeira	3.170	4.514	8.902	14.307
– Mobiliário	1.864	6.072	10.019	11.632
– Papel e Papelão	716	1.584	2.361	4.515
– Borracha	22	344	952	2.433
– Couros e Peles	4.223	4.609	3.086	3.658
– Química	6.436	9.485	11.540	18.219
– Produtos Farmacêuti- cos e Medicinais	664	650	707	1.384
– Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	1.875	1.991	1.492	2.522
– Produtos de Matérias Plásticas	—	66	1.275	4.080
– Têxtil	81.240	58.629	38.379	46.465
– Vestuário, Calçados e Ar- tefatos de Tecidos	7.268	8.480	13.127	27.515
– Produtos Alimentares	69.030	62.840	81.700	115.573
– Bebidas	6.984	5.395	10.412	7.563
– Fumo	4.368	4.622	3.558	7.867
– Editorial e Gráfica	5.208	5.309	7.961	10.772
– Diversas	655	1.122	1.718	8.765

FONTE: IBGE – Censo Industrial.

OBS: 1950 – inclui pessoal ocupado nos escritórios das empresas.

1975 – inclui pessoal ocupado em atividades administrativas.

Um primeiro destaque deve ser feito à capacidade que, nas duas últimas décadas, tiveram as atividades industriais na incorporação da força de trabalho regional ao processo produtivo. Considerando-se o conjunto de todos os estabelecimentos da indústria extrativa e de transformação, para o que só se dispõe de informações até 1975, constata-se que, entre 1960 e 1975, foram criados, adicionalmente, na Região, cerca de 192 mil empregos (ver tabela 2), cifra bem menor que o acréscimo provável da mão-de-obra que anualmente chega ao mercado de trabalho. Fazendo-se a comparação da evolução do emprego na indústria, entre 1960 e 1980, o que é possível se se comparam apenas os estabelecimentos com mais de cinco pessoas, constata-se que foram incorporadas adicionalmente nesses 20 anos (1960/80) aproximadamente 285 mil pessoas. Passou-se então de um total de 178 mil pessoas empregadas na indústria extrativa e de transformação, no início da série considerada, nos estabelecimentos de mais de cinco pessoas, para 463 mil. Tendo em vista a base pequena da qual se partiu, em termos de contingente empregado, o razoável crescimento de 4,7% ao ano do emprego industrial no período referido, não deu lugar a uma geração de empregos diretos que tivesse alguma significação no encaminhamento de solução para absorção do desemprego e subemprego urbano já existente ou em relação ao contingente que ano a ano chega ao mercado de trabalho, notadamente o das maiores cidades nordestinas.

O exame mais detido dos segmentos que entre 1960/75 contribuíram mais intensamente para absorção da mão-de-obra industrial permite que se façam algumas associações entre este aspecto e a natureza da expansão industrial ocorrida recentemente no Nordeste. Na tabela 3 observa-se de imediato que, não obstante o grande peso que ainda em 1960 tinha a produção de bens de consumo não-duráveis, no que se refere ao emprego industrial, a contribuição maior na criação de postos de trabalho entre 1960 e 1975, deveu-se à indústria de bens intermediários. O ritmo de crescimento do emprego não só foi quase duas vezes e meia maior (5,9% ao ano contra 2,5%) como, em termos absolutos, foi mais elevado o crescimento de pessoas ocupadas no segmento produtor de bens intermediários (76 mil contra 71,8 mil). Curiosamente, foi intensa também a expansão do emprego no subsetor de bens de consumo duráveis e bens de capital, representando, segundo o censo de 1960, 6,4% do total do emprego registrado na indústria de bens não-duráveis de consumo, o referido segmento alcança 1/4 do total do emprego do subsetor de bens não-duráveis.

Pelo menos duas razões estão por trás dos fatos assinalados anteriormente, ambos estritamente associados à consolidação do mercado nacional de bens e serviços. Uma primeira razão do pequeno crescimento relativo do

emprego na indústria de bens de consumo não-duráveis — que compreende a quase totalidade dos gêneros que compõem a denominada indústria tradicional — está associada à implantação de vigorosos programas de modernização do que resultou, segundo as informações censitárias (censo industrial e demográfico) uma redução significativa do emprego, sobretudo no gênero têxtil, no qual se concentrou esse esforço de modernização. Como condição de sobrevivência, este gênero teve que alterar substancialmente seus processos de trabalho e reduzir, em consequência, sua capacidade de absorver produtivamente mão-de-obra. De fato, encontrando na região uma indústria têxtil na qual 81% dos teares e 54% dos fusos⁵ possuíam mais de 30 anos, a SUDENE e o BNB coordenaram um esforço sem dúvida significativo de transformação desse gênero industrial, com alto custo social, no entanto.

Embora tenham sido pouco numerosos os programas explicitamente voltados para a modernização das indústrias tradicionais, as informações disponíveis parecem indicar que foi bem mais generalizado o esforço de modernização, inclusive a partir do mecanismo 34/18-FINOR, que contemplou muitos projetos de modernização.³⁰ O aumento de produtividade da denominada indústria de bens de consumo duráveis, entre 1960 e 1975, foi de 5,6% ao ano, um pouco menor que a da indústria de transformação em seu conjunto, que atingiu 5,8% ao ano (ver tabela 3). Na indústria têxtil o crescimento da produtividade média, segundo os dados do censo industrial de 1960 e 1975, foi de 9,5% ao ano, superior ao aumento verificado no País que alcançou 8,2% ao ano.

No entanto, vale registrar que nem todos os segmentos tradicionais resistiram à competição e isto constitui o segundo fator explicativo da reduzida absorção da mão-de-obra na indústria tradicional ou na de bens de consumo não-duráveis. A competição inter-regional e intra-regional, a partir da implantação de novos empreendimentos incentivados, incidiu principalmente sobre a indústria tradicional de pequeno porte como a de calçados, a de vestuário e a de produtos alimentares. A indústria de couros e peles (classificada como tradicional e como de bens intermediários) praticamente estagnou no período 1960/75.

Através da tabela 2 tem-se uma visão mais pormenorizada dos gêneros que, no período 1960/75, tiveram um crescimento menor do emprego. Além do que ocorreu com a têxtil, é digno de destaque a evolução da indústria de couros e peles.

Os dois segmentos restantes — o de bens intermediários e o de bens

TABELA 3
NORDESTE
 Pessoal Ocupado, VTI, Produtividade e Salário Médio na
 Indústria Extrativa Mineral e de Transformação no Período 1960-75

Especificação	Pessoal Ocupado			Taxa Anual de Crescimento no Período 1960/75			
	Em 1.000 Pessoas		Taxa Anual de Crescimento 1960/75	VTI	Produti- vidade	Salário Médio	
	1960	1975					
EXTRATIVA MINERAL	15,7	14,6	-1,1	-0,5	2,3	2,8	2,7
INDÚSTRIA DE TRANSFOR- MAÇÃO	208,1	401,2	193,1	4,2	10,2	5,8	4,3
a) Bens de Consumo Não-du- ráveis	147,9	219,7	71,8	2,5	8,2	5,6	—
b) Bens Intermediários	50,6	126,6	76,0	5,9	11,5	5,3	4,6
c) Bens de Consumo Duráveis e de Capital	9,6	54,9	45,3	11,5	20,4	8,0	—
Total	223,8	415,8	192,0	3,9	9,6	5,5	4,3

FONTE: IBGE: Censo Industrial de 1960 e 1975.

OBS.: (1) Resultados referentes a todos os estabelecimentos industriais recenseados.

(2) Tabela extraída do texto "Proposta de Política de Desenvolvimento Regional para o Nordeste" (v. nota 19).

(3) As taxas foram calculadas levando-se em conta as datas de referência das informações dos censos industriais.

de consumo duráveis e de capital — nos quais os esforços desenvolvidos se voltaram, provavelmente, mais para a implantação de novas unidades produtivas do que para a modernização e alterações nos processos de trabalho, conquanto aumentassem significativamente sua produtividade média, obtiveram taxas altas de crescimento do emprego. Conforme as informações da tabela 3, a indústria de bens intermediários, embora tenha registrado uma produtividade média de 5,3% ao ano no período, de acordo com os Censos de 1960 a 1975, a expansão do emprego ocorreu 5,9% ao ano. A de bens de consumo duráveis e a de bens de capital expandiram sua produtividade média a 8% e o emprego a 11,5% ao ano.

A análise relativa ao emprego em anos das duas décadas consideradas — 1960/70 e 1970/75 para a maioria das informações — revela que a expansão do produto e do emprego industrial teria ocorrido principalmente nos anos da década de 70, notadamente na sua primeira metade.

Na verdade, enquanto nos anos 1960/70 o valor da transformação industrial (VTI) se expandiu a 5,5% para o total do segmento aqui considerado (extrativa mineral e transformação) e a 6,4% ao ano na indústria de transformação, no subperíodo 1970/75 o VTI expandiu-se a 19,3% e 19,2% ao ano, respectivamente. As estimativas do produto interno revelam que entre 1975/80 a expansão do setor industrial conjuntamente ocorreu a um ritmo de 8,9% ao ano (ver tabela 4). Provavelmente esta diferença de comportamento da indústria se explica pelo fato de a década de 60 se caracterizar não só por um subperíodo de “ajustamento” da economia regional, sobretudo urbana, a uma maior articulação das regiões brasileiras, em face da ampliação e modernização da infra-estrutura e serviços de transportes (inclusive com a consolidação da indústria de autoveículos), como pelo fato de somente a partir da segunda metade dessa década de 60 começa a ser efetivamente implantado um conjunto significativo de projetos industriais, dos quais alguns só entram plenamente em operação na década seguinte.

Essa diferença de evolução constatada para o VTI e para o produto industrial é observada no emprego, com maior evidência. Na década de 60 o emprego na indústria extrativa mineral e de transformação expandiu-se apenas de 1,9% ao ano e a de transformação, de 2,2%. A indústria de bens de consumo não-duráveis praticamente estagnou e, em razão do seu peso relativo, explica em grande parte essa expansão insatisfatória de emprego industrial, a ritmo bem menor que o do crescimento da população urbana da região. Diferentemente é o comportamento dessa variável na década seguinte, pois, para citar apenas o caso da indústria de transformação, o

ritmo de absorção da mão-de-obra é de quase 9% ao ano (8,8%) entre 1970/75 e menor — mas ainda significativo — no subperíodo 1975/80.

Vale ressaltar que na base da explicação do intenso ritmo de expansão do emprego que prevaleceu nos anos 70 está o também intenso crescimento do produto ou o VTI da indústria, pois os níveis de produtividade com os quais passa a trabalhar a indústria na década de 70 (pelo menos na sua primeira metade) são muito altos: quase 10% ao ano para o total do segmento da extrativa mineral e transformação, 9,5% para a de transformação, alcançando no interior desta última até 12,5% no que se refere à indústria de bens de capital e de bens de consumo duráveis (tabela 4). É evidente que, com base em uma expansão da produtividade nos termos anteriormente assinalados, para que o emprego se expandisse no ritmo antes verificado deveria, necessariamente, ocorrer um crescimento significativo do produto.

Vale registrar, finalmente, a distância que passa a existir entre o ritmo de expansão da produtividade e do salário médio de um subperíodo (1960/70) para o outro (1970/75). Com taxas semelhantes de crescimento na década de 60, sobretudo quando se examinam essas duas variáveis em relação à indústria extrativa mineral de transformação e quanto, mais especificamente, à indústria de transformação. No entanto, o que se constata na primeira metade da década de 70 é, nos referidos segmentos, o fato de que a taxa de expansão do salário médio alcança apenas 60% e 62% da taxa de produtividade, respectivamente da indústria de transformação e do conjunto formado pela transformação e extrativa mineral (ver tabela 4). Parte importante, pois, dos ganhos de produtividade não foi apropriada neste último subperíodo pelos trabalhadores. Note-se que a referência é feita aos salários médios que compreendem, além dos salários de base dos operários, a remuneração do pessoal administrativo e de gerência que, em alguns gêneros tendem a elevar significativamente a média dos salários em comparação com o salário de base. Note-se ainda, a respeito, que há uma redução sistemática da folha de salário no VTI da indústria regional: de uma participação de 27% em 1950 passa-se para 23% em 1960 e 19% em 1975.

Esse período áureo da expansão do emprego industrial na região durou relativamente pouco. Já em 1978, a indústria de transformação reduzia o ímpeto que anteriormente havia sido registrado na sua formação de capital fixo, segundo levantamentos da SUDENE. De fato, se no período 1970/77 a expansão dos investimentos do referido segmento da indústria foi de 22% ao ano, em 1978 para 2,9%, em 1979 para -11,6%, apresentando, em 1980, também, uma taxa negativa: -18,5%. A extrativa mineral seguiu expandindo

TABELA 4
NORDESTE
 Pessoal Ocupado, VTI, Produtividade e Salário Médio na
 Indústria Extrativa Mineral e de Transformação, Segundo Subperíodos
 1960-1970-1975-1980

Taxas Anuais de Crescimento						
Especificação	Extrativa Mineral	Transformação				Total Geral
		Total	Não-duráveis	Intermediários	Duráveis e de Capital	
Pessoal Ocupado						
1960/70	— 1,5	2,2	0,6	4,4	9,0	1,9
1970/75	1,9	8,8	6,9	9,4	17,2	8,5
1975/80 ⁽¹⁾	—	6,5	—	—	—	—
Valor da Transformação Industrial (VTI)						
1960/70	— 5,9	6,4	5,0	7,5	15,5	5,5
1970/75	23,1	19,2	15,6	21,0	31,9	19,3
Produtividade						
1960/70	— 4,5	4,1	4,4	3,0	6,0	3,5
1970/75	20,9	9,5	8,1	10,6	12,5	9,9
Salário Médio						
1960/70	— 3,6	3,8	2,7	5,2	3,2	3,4
1970/75	17,9	5,7	—	3,1	—	6,2

FONTE: IBGE — Censos Industriais e Sinopse Preliminar do Censo Industrial de 1980.

(1) Para efeito de comparação entre os censos de 1975 e 1980 (Sinopse Preliminar), foram utilizados os dados referentes a estabelecimentos com mais de cinco pessoas ocupadas.

seus investimentos, mas em razão do seu peso menor no confronto com a indústria de transformação não foi capaz de compensar o declínio. Indicadores de produção física do IBGE revelam a continuidade do declínio, nos anos subseqüentes, a partir dos levantamentos para alguns gêneros industriais importantes.*

Os dados relativos ao emprego industrial, levantados pelo Ministério do Trabalho, são bastante expressivos, neste particular, em relação a alguns dos principais mercados de trabalho. Através do gráfico I e da tabela 5 tem-se uma indicação do que vem ocorrendo nos mercados de trabalho das regiões metropolitanas do Nordeste, com relação, especificamente, ao emprego industrial.

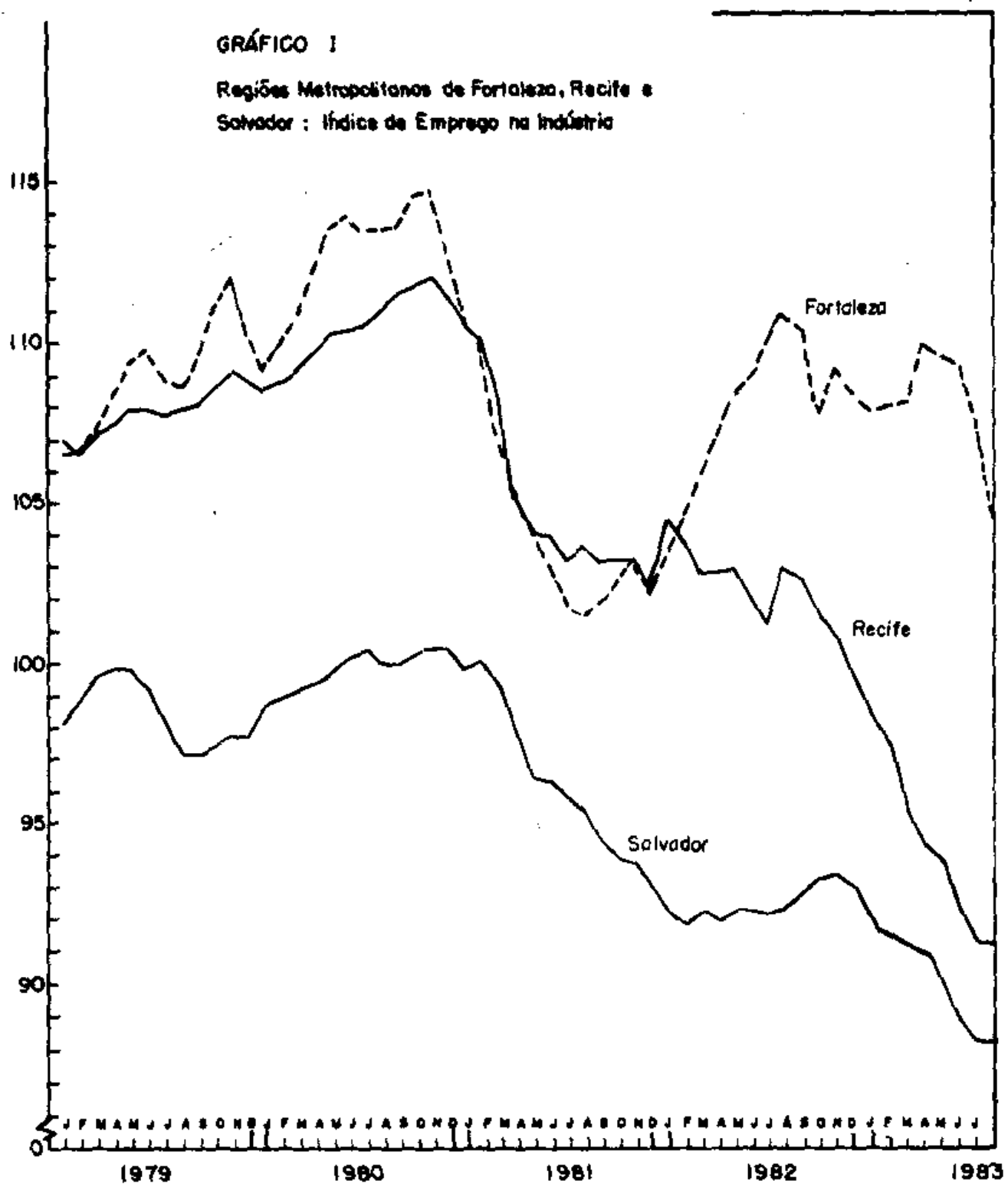
Comparando-se as últimas informações disponíveis para o início do segundo semestre de 1983 com os níveis vigentes no início da década — mais precisamente no mês de agosto de 1980 — constata-se que foi, sem dúvida, significativo o declínio ocorrido nesse intervalo de tempo. Na Região Metropolitana de Fortaleza, que sofreu menos o impacto da recessão, a queda do emprego foi no total do período acima referido, de -8%. Recife e Salvador apresentaram taxas bem maiores -17,8% e -11,3%, respectivamente.

Se considerarmos como válidas, para o total do Estado do Ceará, Pernambuco e Bahia, as taxas apresentadas anteriormente para as regiões metropolitanas pode-se concluir que os três anos de recessão implicarão a “destruição” de 40 mil empregos nesses três Estados mais importantes do ponto de vista do emprego industrial. Ora, isto significa que do total de empregos diretos criados pelo programa de industrialização até 1977,**em todo o Nordeste, cerca de 27% do total teria deixado de assistir. A eliminação do emprego em Pernambuco representaria metade dos empregos gerados pelo programa referido. Note-se, a partir dos dados da tabela 5, que o impacto da crise e das medidas recessivas sobre o mercado de trabalho das regiões metropolitanas do Nordeste foi menor que aquele constatado para a Região Metropolitana de São Paulo.

Resumidamente, nesse anos de intenso crescimento econômico, embora em alguns subperíodos tenham-se verificado taxas importantes de expansão do emprego industrial — 8,8% entre 1970 e 1975 e 6,5% entre 1975 e 1980,

* Ver para os meses de 1981 e 1982, IBGE. Indicadores conjunturais da indústria: produção regional.

** Ano da pesquisa de avaliação do programa de industrialização efetuada pela SUDENE e BNB.



FONTE : SINE / M.do Trabalho

TABELA 5
Taxa de Crescimento do Emprego Industrial:
Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife, Salvador e São Paulo

Período	Regiões Metropolitanas			
	Fortaleza	Recife	Salvador	São Paulo
Ago. 1980/Ago. 1983	- 8,0	-17,8	-11,3	-25,2
Ago. 1980/Ago. 1981	-10,7	- 6,6	- 4,6	-14,6
Ago. 1981/Ago. 1982	+ 9,3	- 0,6	- 3,4	- 2,8
Ago. 1982/Ago. 1983	- 5,8	-11,5	- 3,8	-10,0

FONTE: SINE/Ministério do Trabalho.

conforme tabela 4 — o montante absoluto do emprego criado na indústria apenas se aproximou, nas duas últimas décadas, do contingente que a cada ano chega ao mercado de trabalho regional. Por outro lado, as informações registram que esse período áureo foi seguido de um declínio muito intenso dos níveis de emprego a partir dos anos iniciais da presente década, na qual foi destruída parcela importante dos empregos criados com os programas de industrialização.

2.4. Emprego Indireto

O que se assinalou anteriormente é válido para a absorção direta de emprego na atividade industrial. Torna-se agora necessário explorar um pouco a questão da *repercussão* do setor industrial em relação às demais atividades produtivas, bem como os efeitos dinâmicos do segmento industrial sobre si mesmo. Desde logo vale recordar alguns pontos já assinalados anteriormente quando se procurou entender a natureza da evolução recente da indústria nordestina.

Em primeiro lugar, a forte vinculação da atividade manufatureira regional com o segmento produtivo das regiões mais industrializadas do país. Isto é notório em relação à aquisição de meios e instrumentos de trabalho (insumos e equipamentos), quando se constata que a quase totalidade dos equipamentos e metade dos insumos industriais são adquiridos de fornecedores extra-regionais. Ora, esta constatação por si mesma já define um reduzido poder de *repercussão* que a acumulação de capital, sobretudo o capital fixo, numa primeira instância, e o próprio desenvolvimento da atividade produtiva, numa segunda instância, através da aquisição e transformação das matérias-primas, teriam em relação à geração indireta de renda e de emprego. Além disso, dois outros aspectos devem ser considerados para *melhor compreender* a questão do emprego indireto.

O primeiro refere-se ao fato de que, principalmente no que diz respeito às relações inter-regionais, é sem dúvida significativo o coeficiente de importações da região, no qual, além da presença marcante de bens de capital e de insumos industriais, nota-se, também, uma participação relevante dos alimentos e de outros bens de consumo. Isto implica dizer que ao receber seu rendimento — sob a forma de salário, lucro ou sob qualquer denominação — o consumidor nordestino adquire parte importante dos bens que constituem sua cesta de consumo de fora da região, tanto no que se refere a bens de consumo duráveis como não-duráveis.

É evidente que isto representa um “vazamento” adicional importante, já constatado na atividade industrial, quando os efeitos dinamizadores, por conta das compras de insumos e equipamentos se transferem para outras regiões brasileiras, sobretudo as mais industrializadas.

Ao lado dos aspectos antes referidos, existem outros, associados aos segmentos industriais, que se deveriam — na concepção daqueles que conceberam a estratégia inicial de desenvolvimento regional — constituir, nas atividades “germinativas”, capazes de dinamizar a estrutura produtiva regional, estimulando a criação indireta de emprego e renda. É suficiente recordar que a metalúrgica somente adquire 29% dos insumos do Nordeste, a mecânica 21%, material elétrico e comunicações 11%, material de transporte 20% e a química 45%. Note-se que é sobretudo a indústria de bens duráveis de consumo e de bens de capital que importa a maior parte dos insumos de que necessita. Levantamentos feitos na indústria pernambucana, com base na pesquisa da SUDENE/BNB, revelam que o referido grupo de indústria adquire apenas 15% dos seus insumos no Nordeste.¹⁵

É importante indagar, no momento, o que está por trás deste fato. Não resta dúvida de que o início de uma expansão e diversificação da indústria teria, necessariamente, que ocorrer com uma demanda muito intensa de insumos e equipamentos do exterior, sobretudo quando o grau de industrialização é extremamente reduzido. No entanto, o que é importante considerar é que esta expansão e diversificação da indústria ocorrem com uma contribuição importante de agentes (empresários e grupos econômicos) extra-regionais e num contexto de um processo de articulação da estrutura industrial do Nordeste com as regiões mais industrializadas do país. Enfim, ao lado do fato de se tratar de uma etapa inicial de diversificação da indústria, deve-se levar em conta que a indústria implantada na região articula-se, de imediato, através das suas vendas, compras e em relação aos agentes promotores, com a estrutura industrial mais complexa do Sudeste e Sul. É a parte menor e, como tal, depende do segmento industrial das regiões mais desenvolvidas.

3. RESULTADOS DE ALGUNS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS EM RELAÇÃO AO EMPREGO

Uma análise sumária da ação governamental no Nordeste, visando ao desenvolvimento da atividade industrial, deveria considerar, pelo menos: (i) o programa mais importante de industrialização que é aquele baseado no mecanismo 34/18-FINOR; (ii) o programa específico, mas nem por isto

menos significativo, de modernização da têxtil; (iii) o programa da pequena e média indústria. O exame realizado centra-se em algumas poucas informações com vista à análise das repercussões dos programas sobre a absorção da mão-de-obra.

A tabela 6 mostra sumariamente o número de empregos criados através do programa de industrialização que tem como mecanismo principal o 34/18-FINOR. As informações revelam que até 1977 foram criados aproximadamente 150 mil empregos. Deste total, a contribuição maior coube ao segmento produtor de bens intermediários, seguido do grupo constituído pelas unidades produtivas de bens de consumo não-duráveis. Não resta dúvida que foi significativa a contribuição do programa, comparativamente com o total do emprego gerado pela indústria entre 1960/80, que correspondeu a 285 mil empregos, confrontando-se os dados do Curso Industrial de 1960 com os da Sinopse do Censo Industrial de 1980 (estabelecimentos com mais de 5 empregados, em ambos os casos). No entanto, esta contribuição, como já se assinalou, revela-se pouco significativa quando se examinam as condições do mercado de trabalho regional, ou, mais especificamente, o mercado de trabalho urbano nordestino. De fato, é suficiente lembrar que: (i) a força de trabalho urbana já alcançava a cifra de 5,5 milhões de pessoas em 1980, segundo o Censo Demográfico; (ii) vem crescendo intensamente e (iii) se caracteriza pela presença de aproximadamente um quarto (1,4 milhão) na condição de subempregado ou desempregado e um pouco mais, seguramente um terço (ou seja, 1,8 milhão), na qualidade de trabalhadores informais, que, em grande parte, se superpõem ao contingente anteriormente referido.

Vale registrar, para compreensão do significado dos resultados do programa, aliás um dos poucos que teve garantida em mais de duas décadas sua continuidade, não obstante a redução dos recursos originariamente a ele destinados, algumas circunstâncias bem particulares que seguramente o influenciaram. Em primeiro lugar, o fato de tratar-se de um programa regional, orientado para uma área de reduzido grau de industrialização, situada num país dotado de uma complexa estrutura industrial. Além disso, o momento no qual ocorre essa expansão e diversificação industrial do Nordeste: é o de consolidação do mercado nacional de bens e serviços — e seguramente do mercado de trabalho — principalmente a partir da indústria de base, do seu segmento de produção e montagem de autoveículos e a partir da modernização e expansão da infra-estrutura de transportes, notadamente de rodovias. Isto tudo definiu, de certo modo, a configuração da nova indústria nordestina: a exigência de processos tecnológicos avançados, a necessidade de modernização de segmentos tradicionais ameaçados pelo aumento da

TABELA 6
NORDESTE
Empregos Criados pela Indústria Incentivada até 1977

Especificação	Empregos Criados	
	Absolutos	%
1. Extrativa Mineral	2.589	1,7
2. Transformação	147.306	98,3
2.1. Bens de Consumo Não-duráveis	64.078	42,7
2.2. Bens Intermediários	66.104	44,1
2.3. Bens de Consumo Duráveis e de Capital	16.108	10,8
2.4. Diversos	1.016	0,7
3. Total	149.895	100,0

FONTE: BNB/SUDENE — Pesquisa Industrial — 1978.

competição inter-regional em razão do processo crescente de articulação regional.

Some-se a isto o fato de que, no estabelecimento da orientação a ser seguida no programa de industrialização, prevaleceu muito mais a decisão microeconômica e empresarial do que a concepção de uma política de industrialização que definisse os gêneros, subsetores ou atividades prioritárias, voltadas para a constituição de uma estrutura produtiva integrada e capaz de desempenhar função relevante no encaminhamento de soluções para a questão regional. Esta atitude prevalecente tanto na fase de recursos financeiros abundantes, no início do processo — o que justificava até certo ponto a aceitação de qualquer projeto com um grau mínimo de garantia de sua viabilidade — como na fase mais recente de escassez de recursos, em face da demanda proveniente dos projetos, teve influência na configuração de uma estrutura industrial caracterizada pela reduzida integração intra-regional e pela pequena internalização dos efeitos dinâmicos sobre o emprego e renda.

O programa de modernização da indústria tradicional, sobretudo da têxtil, teve importância nas modificações dos processos produtivos e em relação ao mercado de trabalho. As informações disponíveis sobre o impacto da modernização e do “ajustamento” que a região foi obrigada a realizar na indústria têxtil são contraditórias, dependendo das fontes de informações. Com base nos dados da SUDENE e do BNB, o impacto foi de pequenas proporções, como se verá, ocorrendo, inclusive, segundo algumas estimativas, um acréscimo do emprego. Outra é a visão fornecida pelas informações do Censo Industrial e do Censo Demográfico, relativas à evolução do emprego que revelam um impacto negativo considerável na capacidade de absorção da referida indústria, tanto no período crítico do “ajustamento” da têxtil às condições de maior competitividade da década de 50, quanto nos anos de efetiva implantação do programa de modernização, nas décadas de 60 e 70.

As informações censitárias revelam, conforme dados da tabela 7, uma redução significativa de emprego na indústria têxtil, sobretudo quando comparados os níveis registrados na década de 70 com aqueles encontrados pelos censos de 1950. De acordo com o Censo Industrial, ocorreu um primeiro impacto na década de 50, reduzindo o emprego de 80 mil para 58,5 mil que não pode ser atribuído ao programa de modernização, mas, com maior probabilidade, às conseqüências da competição maior que passa a existir nessa década, quando a evolução do sistema de transporte e uma maior arti-

TABELA 7
NORDESTE
 Evolução do Emprego na Indústria Têxtil
 Segundo Diversas Fontes

Fonte dos Dados	Datas				
	1950	1959	1970	1975	1980
1. Censo Industrial: pessoas Ocupadas	80.728	58.629	38.379	44.695	
2. Sinopse do Censo Industrial de 1980: Pessoas ocupadas ⁽¹⁾					56.500
3. Censo Demográfico: Ocupação específica da indústria têxtil	60.965		24.065		48.055
a) cardadores e penteadores	1.870		453		2.085
b) maçaroqueiros, bobinadores e espuladores	5.852		1.824		2.956
c) fiandeiros	13.937		5.566		8.764
d) urdidores e remete-dores	1.627		551		800
e) cordeeiros	704		781		2.664
f) tecelões	34.386		13.261		26.804
g) alvejadores e tintureiros têxteis	1.244		403		740
h) estampadores têxteis	259		224		578
i) acabadores de pano	1.086		1.002		3.064
4. Anuário do Trabalho: empregos ocupados ⁽²⁾				51.221	
5. Pesquisa Têxtil da SUDENE: pessoas ocupadas		32.573	30.610 ⁽³⁾		

NOTAS: (1) Pessoal ocupado nos estabelecimentos de mais de cinco pessoas; (2) dados relativos ao ano de 1976; (3) informações referentes a 1969 e relativas aos estabelecimentos que se constituíram objeto do programa de modernização.

culação dos mercados regionais coloquem em xeque a sobrevivência de um grande número de estabelecimentos têxteis, que, em razão do isolamento relativo e de problemas econômicos e financeiros, não quiseram ou não puderam modernizar seus equipamentos ou inovar seus processos de trabalho. As informações do Censo Demográfico confirmam a tendência registrada pelo censo anteriormente referido, apresentando, para grande parte das ocupações especificamente vinculadas à têxtil, um declínio bem acentuado entre 1950 e 1970.

A partir de 1960 prossegue — ainda segundo o Censo Industrial — a redução da capacidade de absorção da força de trabalho por parte do gênero têxtil. Neste caso, pode-se atribuir a referida redução ao processo de modernização iniciado na década de 60 e que teve seqüência no decênio seguinte. Vale registrar que, numa primeira fase, o programa de modernização propunha a manutenção dos mesmos níveis de produção, após o reequipamento dos estabelecimentos, salvo alguns casos específicos.

Essa não foi a orientação prevalecente numa segunda fase, quando se partiu para a implantação de novos empreendimentos mais modernos, inclusive estabelecendo propostas de consolidação de pólos têxteis na região. É provável que a essa evolução da política voltada para o desenvolvimento e modernização desse gênero esteja associado o fato de que na primeira década de vigência do programa, tenha-se aprofundado a redução do emprego e, na década de 70, apareçam indícios de recuperação do nível de ocupação, sobretudo quando se estabelece a comparação entre os dados de 1970 e os anos posteriores: 1975 e 1980.

Os dados do Censo Demográfico também confirmam a tendência declinante do emprego na indústria têxtil, provocado pelo ajustamento e pelo esforço de modernização desse gênero industrial (ver tabela 7). Uma informação adicional que reforça a idéia de que o esforço de modernização seguramente provocou impacto negativo sobre a capacidade de absorção da mão-de-obra é fornecido pelo estudo do SENAI-CETIQT, patrocinado pelo IPEA/IPLAN,²⁹ quando, ao conceber a “fábrica-modelo” prevalecente em diferentes décadas, revela uma redução do emprego semelhante à observada anteriormente. Na década de 50, estariam empregadas 668 pessoas na unidade de produção, na de 60, cerca de 446 e, na de 70, aproximadamente 366 pessoas.

Outra é a versão que se pode obter a partir dos dados pesquisados pela SUDENE. Eles revelam que foi muito pequeno o impacto do programa,

mesmo no período mais crítico (década de 60) sobre os níveis de emprego. Os autores da pesquisa chegam a afirmar que “o processo de modernização do conjunto têxtil nordestino resultou na desocupação do fator trabalho em níveis razoáveis”, concorrendo para isso várias circunstâncias favoráveis que neutralizaram o desemprego que poderia ocorrer.

Entre as circunstâncias favoráveis são assinaladas a abertura de fábricas anteriormente fechadas, a instalação de novas unidades de produção e os casos de reequipamento com ampliação da capacidade produtiva.⁵ Os dados da pesquisa industrial de avaliação da política geral de industrialização do Nordeste realizada pelo BNB/SUDENE revelam uma expansão do emprego quando se confronta o contingente de pessoas ocupadas em 1977 com aquele vigente quando da apresentação do primeiro projeto. Assim, a referida pesquisa revela uma expansão de 20 mil empregos entre o contingente registrado no primeiro projeto e o número de empregados na data da pesquisa.

Na análise e no confronto das informações censitárias e das pesquisas é conveniente que se leve em conta que os dados dos censos se referem à totalidade do gênero têxtil, não importando a dimensão e natureza da unidade produtiva. As informações das pesquisas da SUDENE e do BNB dizem respeito apenas às empresas que se constituíram objeto da modernização e aquelas que foram incentivadas pelo 34-18/FINOR.

No que se refere ao programa voltado para a pequena e média empresa, o que se deve assinalar é que as ações desenvolvidas ainda são muito restritas e, até fim da década de 70, o programa ainda possuía um caráter experimental, não obstante ter duração de uma dezena de anos. De fato, documento oficial da SUDENE,^{13*} ao assinalar a vigência do programa a partir de 1967, revela que, até o final de 1978, foram constatados um pouco mais de mil financiamentos, com a criação de 14,7 mil empregos diretos, com a prestação de 2,4 mil serviços de assistência técnica. Para que se tenha uma idéia da dimensão da clientela potencial do programa é suficiente ressaltar que as empresas industriais nordestinas com menos de 100 empregados ultrapassam a cifra de 30 mil, segundo último censo industrial divulgado.

* Esses quantitativos são confirmados através de pesquisa recente; ver HOLANDA, Nilson.¹⁹ Trabalho apresentado no Seminário sobre Industrialização do Nordeste, patrocinado pelo IPEA/PNUD/CEPAL/ILPES, março de 1984.

4. SÍNTESE DA PROBLEMÁTICA E PROPOSIÇÕES

4.1. Síntese

O mercado de trabalho no Nordeste sempre se caracterizou pela existência de importantes contingentes submetidos a relações de trabalho extremamente precárias, quer no meio urbano, quer no meio rural. No meio urbano, a presença do segmento "informal" e de um percentual importante de subempregados, com baixos níveis de remuneração, ao lado do significativo fluxo migratório que anualmente deixa o Nordeste, dizem bem da crônica incapacidade da economia regional em absorver sua força de trabalho. O fato de a região contar, presentemente, com uma força de trabalho que já ultrapassa os 12 milhões de pessoas e que, seguramente, lança anualmente, no mercado de trabalho, mais de 300 mil pessoas, constitui uma faceta da gravidade da denominada questão regional, exigindo ações em profundidade, visando à criação de empregos que não só reduza o contingente desempregado e subempregado como a absorção do acréscimo da população que anualmente pressiona o mercado de trabalho.

O grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), embora já no final da década de 50 percebesse a gravidade da situação do emprego na região, elaborou uma estratégia na qual, no que se refere ao emprego urbano, tinha como base para o encaminhamento de solução deste problema a promoção do desenvolvimento industrial.

A expansão industrial que ocorreu a partir de então foi bem distinta daquela preconizada pelo GTDN. Extremamente vinculada à estrutura produtiva do país, quer a partir da compra de insumos e equipamentos, quer a partir da venda dos seus produtos, a nova indústria da região caracteriza-se por uma desarticulação que dá lugar à "filtração" ou "vazamento" dos efeitos dinâmicos potenciais que poderiam provocar repercussões significativas sobre a renda e o emprego na região. Resultou, então, que o conjunto de repercussões provocadas pelo programa de industrialização, embora importante quando se estabelece a comparação entre a estrutura produtiva anterior e a nova estrutura, ou entre o contingente de pessoas empregadas no início do programa e após duas décadas de sua implantação, são pouco significativos quando examinados a partir da expansão da força de trabalho total da região ou da força de trabalho urbana.

Esta questão constitui o centro da reflexão e da avaliação relacionadas com a expansão industrial do Nordeste e conduz necessariamente à discus-

são sobre o papel da indústria no encaminhamento de soluções para o problema do emprego na região.

A experiência nordestina, brasileira e de vários outros países e regiões não mais permitem a segurança das afirmativas dos planejadores da década de 50 e 60 que apontavam a indústria — ou qualquer outro setor isoladamente — como potencialmente capaz de solucionar a questão do subemprego e desemprego. A questão se desloca bem mais para o exame da estrutura produtiva de determinada economia, em seu conjunto, e para a articulação que existem entre os vários segmentos ou partes constitutivas. Assim, importa considerar a integração ou a articulação vertical existente no setor industrial, a integração entre este setor e a atividade agropecuária — a partir do desenvolvimento da agroindústria ou dos denominados complexos industriais — ou, ainda, a articulação entre a indústria (e a agricultura, isto é, os setores produtores de mercadorias ou bens) e os serviços de produção (transporte, armazenagem, comércio, comunicações, sistema financeiro e bancário) que possuem uma inegável capacidade de absorção de mão-de-obra. Neste particular, a indústria passa a merecer um destaque não mais pela sua capacidade de criação direta de emprego mas, principalmente, pelo seu poder de dinamização das demais atividades produtivas a partir da transformação e utilização de insumos, da sua significativa necessidade de bens de capital, da crescente necessidade de insumos decorrentes não só do aumento da escala ou da ampliação física da sua capacidade de produção mas do incremento contínuo da produtividade. A quantidade crescente de mercadorias que entra, como matéria-prima, nas unidades de produção industrial ou que sai como produto acabado exige, na sua comercialização e deslocamento, um conjunto complexo de serviços sobre os quais a atividade de transformação repercute significativamente.

Não resta dúvida de que tanto quanto o caráter incipiente e retardatário da expansão industrial do Nordeste, o modo como a região se integrou ou se articulou com as áreas mais industrializadas do país está na base da explicação da desarticulação da estrutura produtiva regional. Assim sendo, a integração da estrutura produtiva interna deve ser procurada nos limites, provavelmente estreitos, deixados pelo processo de articulação da região com o resto do país. Para isto é evidente que se torna necessário um conjunto de decisões que extrapolem as microdecisões dos investidores individuais.

4.2. Proposições

4.2.1. Objeto Básico

Do exposto, um dos caminhos que devem ser seguidos no futuro imediato é o da integração da estrutura produtiva regional, na qual o segmento industrial pode desempenhar um papel relevante, seja articulando-se internamente (integração intra-setorial), seja com os demais setores produtivos da economia. Tendo em vista a postura realista que deve presidir a concretização de tal objetivo, pelo menos dois aspectos devem ser considerados: (i) um primeiro, referido ao fato de que a articulação com as regiões mais industrializadas provavelmente limita o campo no qual se possa desenvolver uma política de integração da estrutura produtiva regional; (ii) em seguida, que esse objetivo de integração exige, o conhecimento da atual estrutura regional, notadamente da indústria, além do conhecimento dos recursos naturais (renováveis e não-renováveis) e as possibilidades técnicas de seu aproveitamento econômico.

Quanto aos segmentos que prioritariamente devem ser considerados na busca de uma integração do aparelho produtivo da região, vários documentos têm, recentemente, apontado, no que se refere à articulação interna do próprio setor industrial, a implementação dos complexos industrial, da metalmecânica e o desenvolvimento da pequena e média empresa em razão de sua estreita vinculação com a base de recursos regionais.^{12, 26} Com relação ao complexo industrial, são recomendados esforços visando:

- a) **Complexo Petroquímico de Camaçari.** A sua consolidação deve ser buscada em relação aos produtos finais da indústria petroquímica e sua aplicação em vários gêneros da indústria de transformação; vários fatores (maior geração de emprego, menor dimensão do investimento inicial, possibilidade de implantação independentemente da associação com empresas estrangeiras) ressaltam a possibilidade e conveniência de implantação de um parque industrial de IV geração acoplado ao Pólo Petroquímico de Camaçari.²⁰
- b) **Pólo Cloroquímico de Alagoas.** Além da unidade produtora de cloro-soda, de eteno e dicloreto, a implantação de fábricas integradas de MVC/PVC e de solventes clorados, unidade de MVA/EVA, de polietileno, fábrica de aldeído acético e derivados, unidade de cloroparafina, de óxido propano, fábrica integrada de ácido clorídrico, além de outras.²¹

Ainda com a preocupação de intensificar a integração intra-setorial da indústria nordestina, tem sido freqüentemente mencionada, em documentos oficiais, a necessidade de, através da produção siderúrgica, se promover maior complementação com o Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte e a indústria metalmeccânica dos demais Estados nordestinos.*

A ênfase na articulação entre a indústria e a agricultura deve ser procurada tanto a partir do desenvolvimento da agroindústria, como de modo bem mais amplo através da formação de **complexos agroindustriais** nos quais se busca uma vinculação cada vez mais estreita entre as atividades industriais (produtoras de insumos, máquinas e equipamentos para a agroindústria), a transformação industrial dos produtos agropecuários, de produção agropecuária voltada para a indústria e de serviços diretamente acoplados a tais atividades (assistência técnica, pesquisa, comercialização, transporte, embalagem, etc.). Além das matérias-primas que tradicionalmente entram na pauta de exportação da região (cacau, algodão e cana como o açúcar e outros derivados) deveriam constituir ponto de apoio, para essa política, produtos como abacaxi, maracujá, mandioca, caju, tomate, mamona, carne e derivados da produção animal, além de outros. Pelo menos duas linhas poderiam ser contempladas neste particular: a vinculada ao grande capital agroindustrial e a que considera o desenvolvimento da pequena indústria rural.²⁷

A integração da estrutura produtiva pode também ser procurada a partir de uma vinculação maior do setor industrial com segmentos do terciário, notadamente os **serviços de produção**. Neste particular, o estímulo e incentivo ao comércio, visando ao escoamento da produção regional, para fora e no interior do Nordeste, bem como ao sistema de transporte, em suas várias modalidades, constituem atividades terciárias prioritárias. O mesmo pode-se afirmar dos serviços de apoio aos anteriores, constituídos pela armazenagem, embalagem, comunicações e pelo sistema financeiro e bancário. Embora não compreendidas nos serviços de produção, atividades de assistência técnica, pesquisas (econômicas, de processos produtivos e utilização produtiva de recursos naturais) e formação de pessoal, deveriam ser consideradas numa proposta de integração econômica intra-regional.**

* Ver relatório do GTDN, Planos Diretores e Proposta de Plano de Desenvolvimento do Nordeste (1980-85).

** Em comentários sobre o documento, já citado, Proposta de Política de Desenvolvimento Regional para o Nordeste, Annibal Villela ressalta o papel do chamado terciário produtivo na atenuação da questão do emprego.

Complementarmente, numa linha em que lado a lado com proposta de integração da estrutura produtiva seja considerada, também, a geração direta de emprego, deve ser posto em destaque o papel da pequena e média empresa, tanto em razão do seu caráter empregador, da baixa relação investimento/emprego, como pela sua vinculação com os recursos naturais e matérias-primas regionais e pela sua reconhecida articulação com empresas de maior porte. Neste caso, uma política consistente para este segmento não pode repetir o caráter apenas experimental, de pequena dimensão, do programa de pequena e média empresa da década passada.

O desenvolvimento de uma capacidade maior de articulação com o público-meta e criação de fontes regulares e significativas de recursos financeiros e linhas de crédito representa as condições principais para a concretização do programa. Pela sua vinculação, com a base de matéria-prima e em razão da sua grande capacidade de geração direta de emprego, o sub-setor têxtil-confecções deve, a exemplo da pequena e média indústria, merecer uma atenção especial, repetindo para os demais Estados da região a experiência positiva de alguns poucos Estados na constituição de uma atividade capaz de acompanhar as mudanças e exigências da demanda regional e nacional, neste particular.

Finalmente, no contexto de uma preocupação mais restrita com a geração direta de emprego, deve ser levada em conta a indústria de eletro-eletrônica, vinculada a uma variedade de produtos (rádios transistores, televisores, baterias, lâmpadas, medidores elétricos, transformadores, condicionadores de ar, pilhas secas, aparelho de telefonia e micromotores).²⁶ Relacionado com este caso, deve também ser considerado o esforço, já realizado, no sentido de desenvolvimento de atividades vinculadas à informática. Os fatores determinantes de sua localização não excluem o Nordeste.

4.2.2. As Pré-condições

A concretização desse objetivo de integração da estrutura produtiva regional, através de uma ação centrada na atividade industrial, exige um conjunto de pré-condições. A primeira dela diz respeito à necessidade de uma política de desenvolvimento industrial para o Nordeste, nos termos preconizados pelo relatório preliminar do Projeto Nordeste (Grupo I), relativo à política geral para a região. Segundo este documento, a explicitação e institucionalização da política de industrialização implicariam definição prévia dos gêneros, atividades ou unidades de produção prioritários, bem como a sua localização "com base em estudos nos quais a questão da criação de emprego e da

integração da estrutura produtiva regional se constituam os marcos de referência". Acrescenta ainda que a referida política deveria definir o campo de possibilidades no interior no qual os empresários estabeleceriam as suas prioridades.

Uma segunda pré-condição refere-se à necessidade de uma definição, a nível nacional, de diretrizes que estabeleçam região ou espaços mais significativos do país o seu papel no contexto do desenvolvimento futuro da indústria. A partir daí se poderia, com maior precisão, estabelecer os marcos do processo de industrialização do Nordeste e estabelecer previamente os limites no interior dos quais a política de desenvolvimento industrial da região procuraria integrar a estrutura produtiva do Nordeste.

Finalmente, uma terceira pré-condição diz respeito ao estabelecimento de medidas anti-recessivas que não somente permitam a concretização dos projetos futuros de integração e articulação da economia regional mas estanque o processo gradativo de desmantelamento da estrutura produtiva urbana da região, particularmente a indústria regional.

Abstract: The working market in the Northeast of Brazil has always characterized itself by the existence of important contingents subjected to extremely unsafe working relations in urban and rural areas. In urban areas, the presence of the "informal" segment of an important percentage of subemployees, with low salary levels, besides the expressive migratory flux that leaves the Northeast behind, say well of the chronic inability of the regional economy in absorbing its working power. The fact that the region counts on a working power that passes over 12 million people and that, surely it puts on the working market annually, over 300 thousand people, constitutes an aspect of the seriousness of the so-called regional issue, demanding profound actions aiming at not only reducing the unemployed and sub-employed contingent but to absorb the increase of the population that press the working market. The article "Notes on jobs and industries in the Northeast", intends to discuss the issue of jobs linked to the Northeastern industries, in their recent evolution. In the beginning, they proceed a brief review of the way how the regional planning realized the role that the Northeastern industries should play in showing the way to the solution of job issues. It is examined afterwards, the recent evolution of jobs in the industries of the Northeast between 1960 and 1980, associating this topic to the unemployment and subemployment question in the regional economy. More important evidences about some governmental programs aiming at the promotion of the Northeast industrialization and their reflections on employments in the course of the work. The most analytical part of the document ends by summary in which employment and industry issue is regarded starting from the most important points and that they can not be neglected in presenting the proposals that aim at direct and indirect expansion of employments through industrial development. In the present article, it must be taken into consideration, the fact that the notes are about a controversial topic, on which there are very few certainties, particularly when they intend to present propositions of governmental interference.

BIBLIOGRAFIA

01. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados: In Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. Anais. Recife, FORUM Nordeste, 1981.
02. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL/ETENE. **Perspectiva de desenvolvimento do Nordeste até 1980**; crescimento demográfico e emprego. Fortaleza, 1971.
03. BRASIL. Conselho de Desenvolvimento. GTDN. **Uma Política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2a. ed. Recife, SUDENE, 1967.
04. ————. SUDENE/CPR. **Indicadores sociais do Nordeste (1970-80)**. Recife, 1983.
05. ————. SUDENE. **Pesquisa sobre a indústria têxtil no Nordeste**. Recife, 1971.
06. ————. ————. **I Plano diretor do desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1961/63)**. Recife, 1966.
07. ————. ————. **II Plano diretor do desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1963/65)**. Recife, 1966.
08. ————. ————. **III Plano diretor do desenvolvimento econômico e Social do Nordeste (1966/68)**. Recife, 1966.
09. ————. ————. **IV Plano diretor do desenvolvimento econômico e Social do Nordeste (1969/73)**. Recife, 1968.
10. ————. ————. **Produto e formação bruta de capital do Nordeste do Brasil**. Recife, 1982.
11. ————. ————. **Proposições de política social para o Nordeste**, Recife, 1983.
12. ————. ————. **Proposta do plano de desenvolvimento do Nordeste (1980-85)**. Recife, 1979.
13. ————. ————. **SUDENE 20 anos**. Recife, 1980.
14. COELHO, Jorge et alii, **Nordeste: reforma agrária e desenvolvimento rural**. Recife, PIMES/UFPE., 1978.
15. FIDEPE. **Indicadores sociais de Pernambuco; evolução do emprego — 1949-1981**. Recife, 1982.
16. GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. **A industrialização do Nordeste. A economia regional**. Rio, IPEA/INPES, 1971. (mimeografado).

17. GUIMARÃES NETO, Leonardo. A Política de modernização das indústrias tradicionais no Nordeste: o caso da indústria têxtil. **Revista pernambucana de desenvolvimento**. Recife, CONDEPE, 9 (11), jan./jun. 1982.
18. GUIMARÃES NETO, Leonardo. Urbanização e emprego urbano no Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, 9 (2): 213-35, abr./jun. 1978.
19. HOLANDA, Nilson. **Subsídios para a formulação de um programa especial de fomento à pequena e média indústria no Nordeste; síntese**. Brasília, 1984 (mimeog.)
20. IPEA/PNUD/CEPAL/ILPES. **Complexo petroquímico de Camaçari; versão preliminar**. Brasília, 1983 (mimeog.).
21. ————. **PCA — Polo cloroquímico de Alagoas; versão preliminar**. Brasília, 1983.
22. JATOBÁ, Jorge. **Emprego no Nordeste 1950-1980: modernização e heterogeneidade**. SUDENE/FUNDAI. Recife, Massangava, 1983.
23. MOURA, Hélio. Nordeste: migrações internas e desequilíbrios regionais. **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**. Recife, CONDEPE, 9 (2), jul./dez. 1982.
24. O'BRIEN, F. S. & SALM, C. L. Desemprego e subemprego no Brasil. **Revista brasileira de economia**. Rio, FGV, 24 (4), out./dez. 1970.
25. PELLERIN, George. **Oferta e demanda de mão-de-obra no Nordeste**. Recife, SUDENE, 1977 (mimeog.).
26. PROJETO NORDESTE — Grupo I. **Proposta de política de desenvolvimento para o Nordeste; relatório preliminar**. Recife, SUDENE, 1983 (mimeog.).
27. ————. Grupo II. **Política de industrialização rural para o pequeno produtor; relatório final**. Recife, SUDENE, 1983 (mimeog.).
28. REBOUÇAS, Osmundo E. — coord. **Desenvolvimento do Nordeste: diagnóstico e sugestões de políticas**. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza. 10 (2), abr./jun. 1979.
29. SENAI. **Efeitos dos avanços tecnológicos sobre o emprego na indústria têxtil**. Rio. IPEA/IPLAN, 1980. (mimeog.).
30. SOUZA, Aldemir do Vale. A política de industrialização — 34/18 — FINOR e suas repercussões sobre o emprego no período 1960/80. In: JATOBÁ, Jorge — org. **Emprego no Nordeste — 1950-1980: modernização e heterogeneidade**. Recife, SUDENE/FUNDAI, Massangana. 1983, pp. 385-406.

Revista Brasileira de Mercado de Capitais **Rbmec**

Uma publicação quadrimestral do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC

– A Informação em Ação –

É a única revista voltada exclusivamente para os mercados financeiros e de capitais

É uma publicação de especial relevância para suas decisões financeiras

Permite-lhe perfeito acompanhamento desses mercados

Seus artigos são escritos pelos maiores expoentes do ambiente econômico-financeiro e acadêmico, cujos temas abordados cobrem todos os segmentos dessas áreas.

FORMULÁRIO DE SUBSCRIÇÃO

SIM! Estou interessado em efetuar _____ assinatura(s) anual da Rbmec, conforme condições a seguir:

☐ Porte Simples = Cr\$ 1.800,00

☐ Porte Registrado = Cr\$ 2.200,00

☐ Anexo cheque nominal ao IBMEC n.º _____ do Banco n.º _____

☐ Anexo vale postal n.º _____

☐ Ordem de pagamento n.º _____ através do Banco n.º _____

☐ Autorizo atendimento por Reembolso Postal.

Nome ou Razão Social: _____

Rua _____ CEP _____

Cidade: _____ Estado: _____

C.G.C. _____ INSC. _____

(Quando em caso Pessoa Jurídica)

Assinatura Autorizada)

Queira preencher o formulário e remetê-lo ao INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS – IBMEC – Av. Beira Mar, s/n.º – Anexo ao MAM – CEP. 20021 – Rio de Janeiro – Ou Caixa Postal n.º 6047 ou 6062 – CEP 20145 – RJ – Brasil.